

ARTIGO

Formação continuada de gestores educacionais na rede municipal de Vitória da Conquista - BA (2009 -2012)

Continuous training of education managers in the municipal network of Vitória da Conquista – BA (2009 -2012)

Formación continuada de los administradores educacionales en la red municipal de Vitória da Conquista - BA (2009 -2012)

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz - Brasil

Gilvan dos Santos Sousa

Rede Municipal de Vitória da Conquista – Brasil

Rosenaide Pereira dos Reis Ramos

Universidade Estadual de Santa Cruz - Brasil

Resumo

O presente artigo aborda resultados da pesquisa realizada no ano de 2012, intitulada: Análise das políticas públicas educacionais implementadas no contexto das escolas municipais de Vitória da Conquista – BA, como recorte temporal dos anos de 2009 a 2012. O objetivo foi de investigar os avanços e os retrocessos obtidos nesse período com as políticas públicas educacionais implementadas pelo

referido município. Neste artigo, apresentam-se os dados referentes à formação continuada dos gestores educacionais. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, com uso de entrevistas e questionário com perguntas semiestruturadas. Participaram como sujeitos a equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação - SMED e das escolas municipais, além de professores. A pesquisa foi realizada em oito (8) escolas municipais, sendo quatro (4) da zona urbana e quatro (4) da zona rural. O critério de escolha foi o de –maior porte - das escolas da rede municipal. Para análise dos dados utilizou-se como método o materialismo histórico dialético, com base em Kosik (1997). Os dados evidenciaram que os gestores educacionais do município são, em sua maioria, oriundos de famílias de classe popular, do sexo feminino e mais de 90% tem formação em curso superior. Na perspectiva do alcance de uma gestão democrática, a SMED oferece cursos de formação continuada, entretanto, verificou-se que a gestão democrático-participativa, com base em pressupostos teóricos legais ainda não se concretiza, e por isso, os gestores não apresentam comprometimento efetivo, de maneira que a formação continuada se converta em base-referencial para a implementação de uma gestão exercida de modo participativo-democrática em todo o âmbito escolar.

Palavras - chave: Formação continuada. Gestão educacional. Políticas educacionais. Vitória da Conquista.

Abstract

This article discusses the results of a survey conducted by the author in 2012, in the Vitória da Conquista – BA's municipal education Vitória da Conquista - BA, with the time frame the years 2009-2012, with the aim of investigating the advances and setbacks that obtained period with the educational policies implemented by the municipality. However with a cut just on the educational management and their continuing education. The methodology was qualitative, using semi-structured interviews and open and closed questions questionnaire. The subjects were the management team of the Municipal Education - SMED and municipal schools and teachers. The space used was 8 public schools, including 4 from urban and 4 from rural areas, with the criterion for choosing the largest municipal schools. For data analysis, we used the method as dialectical historical materialism, based on Kosik (1997). The conclusions of Santos (2013) showed that educational managers of the municipality are mostly coming from poor families, female, and over 90 % have higher education. The municipality offers continuing education courses, and although seeking to implement democratic / participative management based on legal requirements (LDBEN 9394/96), the Federal Constitution of 1998), and qualification through the

investment in continuing training, SMED, still has not been able to make the school administrators to effectively undertake for such investments be converted into results in the implementation of educational policies in the school setting.

Keywords: Continuing Education. Educational management. Educational policies. Vitória da Conquista.

Resumen

Este artículo discute los resultados de una pesquisa realizada en 2012 titulada: Análisis de las políticas públicas educativas implementadas en el contexto de las escuelas municipales de Vitória da Conquista - BA, como marco de tiempo de los años 2009 a 2012. El objetivo fue investigar los avances y retrocesos en este período con las políticas públicas educativas implementadas por el municipio. En este artículo se presentan datos sobre la formación continua de los administradores de la educación. La metodología fue cualitativa, mediante entrevistas y cuestionario con preguntas semi-estructuradas. Los sujetos fueron el equipo de la Secretaria Municipal de Educación-SMED y de las escuelas municipales, también participaron los maestros. La pesquisa se realizó en ocho (8) escuelas municipales, cuatro (4) en el área urbana y cuatro (4) de la campiña. Los criterios para la selección fue el tamaño –más grande - de las escuelas municipales. El análisis de datos se utilizó como método el materialismo histórico dialéctico, basado en Kosik (1997). Los datos mostraron que los gerentes educativos del municipio son en su mayoría provienen de familias de clase trabajadora, mujeres y más del 90% tienen una formación universitaria. Desde el punto de vista del alcance de la gestión democrática, SMED ofrece cursos de formación continua, sin embargo, se encontró que la gestión democrática y participativa, basada en supuestos legales teóricos todavía no se dio cuenta, y por lo tanto, los gerentes no tienen ningún compromiso efectivo de manera que la formación continua se convierte en base de referencia para la implementación de una gestión ejercida de manera participativa democrática en todo el entorno de la escuela.

Palabras clave: Formación continuada. Gestión educacional. Políticas educativas. Vitória da Conquista.

Introdução

As políticas educativas na atualidade compreendem a escola como espaço de ensino e de promoção de justiça social. A etimologia do

termo “*política*” tem vários significados. Na origem clássica é derivado de um adjetivo grego que vem de *polis* – *politikós* (*dos cidadãos, o que é pertencente aos cidadãos*) – e está relacionado a tudo que se refere à cidade, e consequentemente, ao urbano, público, civil, social. Ou ainda tem derivações do latim – *politicus* (ciência dos governos dos estados). No livro “A política”, de Aristóteles encontramos uma definição do que significa esse conceito, bem como a sua natureza, as funções e divisões do Estado na política. Para Bobbio (1997), existe um deslocamento no significado do termo, passando de um conjunto de relações qualificadas pelo adjetivo “*político*”, para a constituição de um saber mais ou menos organizado sobre esse mesmo conjunto de relações. Nesse sentido, *política* passa a significar um campo dedicado ao estudo da esfera de atividades humanas articulada às coisas do Estado.

Na atualidade, o conceito de política se reporta ao Estado moderno capitalista, voltando-se para o poder do Estado em tomar decisões, planejar, decidir, atuar, legislar. Porém, tratamos da política do Estado, dando várias designações: políticas públicas, políticas sociais, políticas educacionais, dentre outras.

As *políticas públicas* são ações desenvolvidas pelo Estado nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal para atender a determinados setores da sociedade civil e envolvem recursos públicos. São definidas quanto à sua natureza (estrutural ou emergencial), abrangência (universais, segmentais, fragmentadas) e impacto (distributivas, redistributivas e regulatórias). As *Distributivas* são aquelas que fornecem bens e serviços aos cidadãos, tais como serviços recreacionais, de policiamento ou educacionais. As *Redistributivas* retiram recursos ou bens de um grupo e os dá a outro grupo, tais como as políticas de imposto e de bem-estar. As *Regulatórias*: indica o que o indivíduo pode ou não fazer, tais como proteção ao meio ambiente e a política de segurança pública (TEIXEIRA, 2002, p. 3).

As políticas sociais têm sua origem relacionada às mudanças qualitativas que ocorreram na organização da produção e nas relações de poder que tiveram como consequência a redefinição de estratégias

econômicas do sistema capitalista. Podem ser entendidas como um conjunto de ações determinantes na formulação, avaliação e execução de programas que visam estabelecer medidas de proteção social aos indivíduos marcados pela exclusão econômica, resultante do capitalismo. Devem ser voltadas, principalmente, aos trabalhadores que estão à margem do processo de trabalho.

No que se refere à política educacional, esta se direciona para as leis, regulamentos, pareceres e decretos sobre a educação. Estão situadas no âmbito das políticas públicas de caráter social. São dinâmicas, ou seja, vão mudando de acordo com a conjuntura política, econômica e social de cada país e são construídas nos embates do Estado com a sociedade civil.

As políticas educacionais nos municípios são efetivadas com recursos federais e municipais, conforme determina o Art. 68 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, 9394/96, ao indicar que os recursos destinados à educação devem ser originários:

- I. receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II. receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III. receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV. receita de incentivos fiscais;
- V. outros recursos previstos em lei.

Com esses recursos se assegura a elaboração de políticas públicas que são implementadas pelos entes federados a partir de programas educacionais específicos. Quando se trata da educação, a maioria dos recursos é proveniente de impostos recolhidos pela União e transferidos aos municípios em contas específicas.

Para controlar a efetivação das políticas públicas educacionais, o Governo Federal criou o Plano de Ações Articuladas – PAR, (compõe Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação), por meio do qual os prefeitos assinam um termo de adesão com o MEC, e passa a realizar um monitoramento *online* através do Sistema Integrado de Monitoramento,

Execução e Controle (SIMEC). O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação trata-se de um programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, no governo Lula. Versa sobre um novo regime de colaboração, conciliando a atuação dos entes federados, envolvendo a decisão política, a ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. É composto de um compromisso fundado em vinte e oito diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas e efetivas, compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. (BRASIL, 2007). Observando o PAR no contexto do planejamento, autores como Ferreira e Fonseca (2011, p. 85) ressaltam que este instrumento “propõe a desenvolver um conjunto de programas para dar organicidade às ações e, desse modo, o PDE nacional se afastaria da proposta do planejamento por objetivos, conforme se estruturava no modelo PDE/escola, se configurando como proposta sistêmica”. A formação docente está contemplada no PAR por meio da dimensão “*Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar*”, cujo objetivo é a organização dos sistemas de ensino para planejarem suas demandas e o Ministério da Educação - MEC organizar a oferta.

É importante destacar também que, enquanto mecanismo de descentralização das políticas públicas, o PAR se configura como uma forma de o governo federal controlar o que acontece nos municípios por meio da regulação. A partir do novo formato de gestão das políticas públicas educacionais, na segunda metade da década de 1990 (MARE, 1995), cabe salientar que a formulação das políticas acontece no nível central, mas a sua execução ocorre de forma descentralizada, em nível local, por meio de contratos e parcerias entre o governo federal e os entes federados. Nesse sentido, surgem dois termos no contexto das políticas públicas que vão servir para nomear tais ações: governança (*governance*) e regulação.

Para Diniz (2004), governança significa a capacidade de o governo resolver aspectos da pauta de problemas do país mediante a formulação e implantação das políticas públicas pertinentes. Ou seja, é a capacidade de tomar decisões e executá-las, garantindo que os segmentos atingidos por tais políticas garantam a realização e continuidade das mesmas. Tais ações levam ao que também é denominado de “empoderamento local” ou *empowerment*. Nesse sentido, Diniz (2004, p. 29) complementa que a governança compreende não só a capacidade de o governo tomar decisões com presteza, mas também sua habilidade de sustentar suas políticas gerando adesões e condições para o desenvolvimento de práticas cooperativas, o que implica romper com a rigidez do padrão tecnocrático de gestão pública.

A regulação se constitui em mecanismos utilizados para analisar a gestão pública, incluindo, além de mecanismos avaliativos vindos do poder central, também outros segmentos que estão utilizando as políticas, como a diversidade de atores que participam delas no dia a dia.

A formação continuada X gestão educacional em Vitória da Conquista

Ao tentar compreender o termo “formação docente” verificamos que o verbo “formar”, epistemologicamente falando, é um termo polissêmico e, historicamente, tem vários significados. De acordo com o dicionário de Português Online (2014), “formar” significa criar, dando forma; [...] instruir, formar o espírito. Nesse sentido, ao justificar que as palavras são fruto do processo histórico Bakhtin (1995, p.41) salienta que

[...] a palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais efêmeras das mudanças sociais”. (op. cit., p. 41).

Quando queremos entender o significado da palavra “formação”, verificamos que no dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, o vocábulo “formação” deriva do latim *formatione* e tem o sentido de formar, construir, que por sua vez está em processo de interação e de transformação de conhecimentos.

Ao destacar a importância e significado da formação (quer seja na perspectiva pessoal ou profissional), Garcia (1999) faz distinção entre três tradições de concepções: autoformação, heteroformação e interformação. Na autoformação o indivíduo, de modo independente, participa e tem sob sua responsabilidade, os processos e os fins da própria formação. A heteroformação se estrutura e se desenvolve de modo exógeno, sofrendo interferência de especialistas e/ou teorias diversas, sem maior envolvimento do sujeito que participa. A interformação é entendida como uma ação educativa entre os futuros professores ou entre professores em processo de aperfeiçoamento dos conhecimentos. (BANDEIRA, 2006). Quando falamos de formação docente, observamos que o professor passa por todas estas concepções de formação, ou seja, em sua trajetória, os profissionais de educação, podem ampliar o seu universo de conhecimentos teórico-práticos por meio de vivências de situações de formação caracterizadas como autônoma, autoformação, heteroformação ou interformação. Todas essas formas de formação contribuem para o seu desenvolvimento pessoal e profissional dos educadores. (GARCIA, 1999),

Para Freire (1998), a formação se caracteriza como um fazer permanente que se refaz constantemente na ação por meio da interação entre teoria e prática, o que é denominado pelo mesmo nome de *práxis*. A formação inicial¹ e formação continuada² têm sido muitas vezes consideradas como dicotômicas ou mesmo hierarquizadas.

¹ A partir da LDBEN, 9.394/96, a formação inicial de professores ocorre por meio da realização de cursos de grau superior, nos cursos de licenciatura. Pesquisar em: PIMENTA (1993), SILVA E DAVIS (1993), MAZZOTTI (1993), BUENO (1993), FREITAS (1992).

² Refere-se ao processo de estudos e atualizações realizadas pelos profissionais, após a formação inicial. A formação continuada pode ser de iniciativa própria ou ofertados por órgãos específicos. Pesquisar em: SCHÖN (1992), PERRENOUD (1993), ZEICHNER (1998), NÓVOA (1997).

Quando falamos em formação continuada, levamos em consideração a sua importância para a melhoria da qualidade³ do ensino na contemporaneidade (NÓVOA, 1991; MELLO, 1994), que extrapola as lacunas da formação inicial. Salientamos que o aprender contínuo é essencial no trabalho docente. De acordo com Carvalho e Simões (2006) é preciso superar as dicotomias, buscar novas articulações e entender a formação inicial e continuada como partes de um *continuum*.

Nas políticas educacionais para formação docente, destacamos o Decreto nº 6.755/2009 que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, e confere à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a responsabilidade pela indução, fomento e avaliação do Plano Nacional de Educação Básica Pública, incluindo ações de formação inicial e continuada dos profissionais, nas modalidades presencial e a distância.

A formação para os gestores escolares está contemplada no referido Decreto, uma vez que a função de gestor faz parte do trabalho docente.

O termo “Gestão Democrática” foi expresso desde a Constituição Federal de 1988, no Art. 206. As diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96, responde este princípio no inciso VIII, do art. 3º, que, reconhecendo como princípio federativo repassou aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática do ensino: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino. Os termos Gestão e Administração têm sido usados frequentemente como sinônimos. É o que se observa no dicionário Luft (2000), no qual o termo “Gestão” significa ato ou efeito de gerir; administração, gerência; mandato político, período de administração em uma sociedade, na qual se desempenha a gerência, por delegação de outros sócios. Brito e Carnielli (2011) definem a administração em sua conceituação clássica como o processo de planejar, organizar, comandar, controlar e coordenar. A primeira etapa do processo administrativo, o

³ A qualidade na educação aqui é entendida como decorrência de perspectiva histórica e de luta pela ampliação da educação como direito: a gratuidade, a laicidade, a obrigatoriedade e a gestão democrática.

planejamento, pode ser entendida como a formulação dos objetivos organizacionais e dos meios para alcançá-los.

Apesar da formação estar inserida em todas as funções do trabalho docente conforme preconiza a legislação educacional brasileira (LDB 9.394/96), nos limitaremos aqui apenas à formação dos gestores num contexto específico, qual seja o município de Vitória da Conquista. O referido município brasileiro fica localizado na Bahia, com população estimada de 336. 987 habitantes de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013. No que se refere à educação, a rede municipal de ensino mencionada possui, atualmente, 203 escolas, nas quais se desenvolve um fazer pedagógico, que tem como propósito respeitar os tempos de aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo do aluno. (SMED, 2008).

Quanto aos níveis de ensino, atende a Educação Infantil e o ensino fundamental com os Ciclos de Aprendizagem, bem como as modalidades de Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de se atentar para outras políticas educacionais de caráter nacional, a exemplo da Educação Inclusiva, Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros. Nesse sentido, busca-se cumprir o que está disposto no Art. 18 da LDB 9394/96: “Os sistemas municipais de ensino compreendem: I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal”.

No que se refere às questões administrativas, o município está enquadrado no que se propõe a legislação nacional sobre as Leis Orgânicas Municipais, nas quais a educação está contemplada, fazendo parte, também, o Conselho Municipal de Educação. Tais Conselhos, apesar de serem citados como órgãos do processo de gestão democrática pós LDB 9.394/96, não são instâncias concebidas ou implantadas como fruto apenas destes contextos de descentralização. São estes Conselhos que interagem com as Secretarias Municipais de Educação no que se refere às questões educacionais e à elaboração do Plano Municipal de Educação.

Em 2012, o município de Vitória da Conquista contava, segundo a coordenação administrativa e financeira da SMED, com 2.001 professores, sendo 1.238 efetivos, e 763 contratados, destes, 132 estavam na gestão escolar, assumindo as funções de direção e coordenação. Porém, todos eles participaram de cursos como o Progestão ou ainda de outros cursos de formação continuada, sendo oferecidos por meio de atividades financiadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, pelo núcleo pedagógico do próprio município, ou em programas em parcerias com o governo Federal.

O Progestão é uma ação do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – Consed - em parceria com as secretarias estaduais e municipais e o Ministério da Educação, o qual é implementado na modalidade EAD, com tutores para fazer o acompanhamento dos cursistas. O Programa de Capacitação de Gestores – Progestão - tem o objetivo de tornar a gestão escolar cada vez mais qualificada e participativa, promovendo a capacitação de diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, secretários e representantes dos colegiados escolares, das redes estadual e municipais de ensino.

As atividades realizadas têm como objetivo de acordo com os seus documentos, criar vínculos entre as situações de aprendizagem oferecidas e a prática cotidiana das escolas, com vivências voltadas para o desenvolvimento de habilidades profissionais necessárias para a atuação na área de gestão escolar. É caracterizado como Programa federal de formação continuada de professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, para melhorar a qualidade da aprendizagem nas áreas de português e matemática, e tem como fundamento legal a Res./CD/FNDE nº 24 de 16/08/2010.

Aspectos metodológicos da pesquisa

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo. Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica e documental das políticas públicas

educacionais implementadas no município, nesse período, observando quais os objetivos, os pressupostos teóricos que as fundamentam, e como estão estruturadas nas instâncias Federal, Estadual e Municipal. A análise documental “pode se constituir de uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p. 38). Para análise dos dados, estes tiveram como referência a metodologia dialética visto que “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 1997, p. 20).

Para verificar se os objetivos propostos foram alcançados, tanto do ponto de vista da SMED como na visão dos sujeitos da comunidade escolar, foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados para coletar dados sobre o funcionamento das políticas públicas nas escolas municipais.

No total foram realizadas trinta e três (33) entrevistas, sendo seis (6) com pessoas que trabalham dentro da SMED, nos setores pedagógico e administrativo, e vinte e sete (27) nas escolas municipais, com membros da equipe gestora e os professores. Os questionários composto de perguntas fechadas e abertas forma aplicados com a equipe da gestão das escolas municipais, incluindo coordenadores, diretores e vice-diretores. Ao todo foram aplicados 100 questionários e, para a aplicação deste instrumento, os pesquisadores participaram de reuniões de diretores e de coordenadores pedagógicos realizadas pela SMED, sendo estes convidados a preencher o questionário.

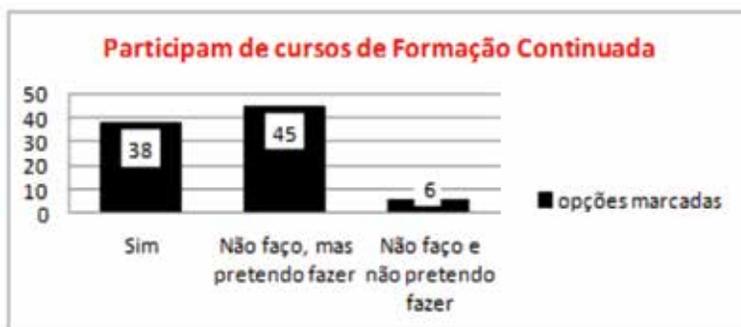
Agrupados e sistematizados, os dados foram confrontados com o referencial teórico, para a triangulação dos resultados encontrados no sentido de interpretá-los da maneira mais completa e complexa, observando que “a interpretação do conhecimento não se restringe à mera descrição factual daquilo que está codificado na lógica da linguagem” (TRINDADE; FAZENDA, 2001, p. 219). Reafirma-se que esse artigo

aborda apenas os resultados obtidos com os gestores, quais sejam: a descrição das características dos profissionais no exercício da função de gestor administrativo ou pedagógico na rede municipal, no período analisado e formação continuada desses profissionais, buscando verificar se os conhecimentos adquiridos na respectiva formação têm contribuído para a sua prática nas unidades escolares de atuação.

Resultados da pesquisa

Com base nos dados coletados, no que se refere ao grau de instrução dos gestores pesquisados, 100% possui curso superior e grande parte apresenta o desejo de continuar estudando. Quando foram questionados se estão fazendo algum curso atualmente, obtivemos a seguinte resposta:

Gráfico 1 – Faz ou pretende fazer algum curso



As funções do campo do magistério, em sua maioria, no país, têm sido ocupadas por pessoas do sexo feminino e, nesse aspecto, coadunando com dados nacionais, a rede municipal de Vitória da Conquista, também reflete esse resultado, apontando que 90% da gestão é composta pelo sexo feminino e, apenas 10% do sexo masculino. Sobre feminização na educação, é recorrente na literatura brasileira estudos que revelam que a função de professor está relacionada à divisão sexual do trabalho, tendo em sua vasta maioria a ocupação feminina. Esse fato tem sido utilizado como estratégia política dos governantes para justificar uma

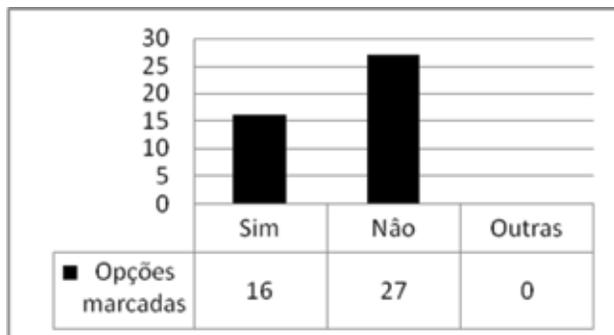
política de baixos salários, formação precária, trabalho docente como vocação e doação, e desvalorização da carreira. Segundo Carminatti (1993), a categoria docente passa por um processo de proletarização ligado à feminização do magistério, ao desprestígio, à falta de controle do professorado sobre os seus trabalhos.

A formação continuada para os gestores da educação de Vitória da Conquista tem sido oferecida pela SMED em cursos de qualificação, baseados em fundamentação legal e teórico-prática. Vários são os autores que discutem os saberes docentes⁴, suscitando para a temática as abordagens sociológicas e psicológicas, no campo educacional das Ciências Humanas e Sociais.

Conforme dados do Gráfico I, a maioria dos realizam (38%) ou pretendem (45%) realizar cursos de formação continuada, apenas um pequeno (6%) número indicou não desejar participar de cursos de formação continuada.

As respostas à questão: *Seu curso está sendo financiado por alguma instituição?*, observamos que a muitos gestores financiam a sua formação. Entretanto um bom número obtém financiamento para realização dos cursos ou os mesmos são ofertados por algum órgão, como exemplo a SMED, conforme se verifica no gráfico 2 que segue.

Gráfico 2 – Financiamento do curso por instituição



⁴ TARDIF, LESSARD E LAHAYE, 1991; BORGES, 2001; TARDIF, 2000a, 2000b, 2001, 2002, dentre outros.

Ao questionar os participantes sobre o curso que pretendem estudar, cerificamos que 10 pessoas que desejam fazer outra graduação e 18 pretendem fazer mestrado e 8 pretendem fazer outra especialização, o que revela, por parte dos profissionais o interesse na aquisição de novos conhecimentos e consequentemente, novas práticas. Esse fato pode ser discutido de modo articulado com a conjuntura das políticas educacionais de formação de professores dos anos de 1990 que, influenciada pela opção político-ideológica do ideário neoliberal adotado pelo governo brasileiro, (caracterizado pela hegemonia dos grupos dominantes) e, também, por uma intensa articulação dos sujeitos políticos e sociais de resistência à opressão imposta pelo sistema capitalista, que resultou em ações propositivas no campo das políticas públicas educacionais, às quais constituem direito social de todos e obrigação do Estado.

Os resultados da pesquisa nos apontaram que a formação predominante para as pessoas que assumem a função de gestores no município é a licenciatura em Pedagogia adquirida pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, pois um número superior a 80% possui pós-graduação *lato sensu* (*especialista*), sendo que mais de 20% destes, tem mais de uma especialização. Segue abaixo uma tabela com a formação acadêmica de todos os sujeitos que preencheram o questionário.

Tabela n. 1 – Formação acadêmica dos sujeitos

Formação acadêmica	Rede pública	Rede privada	Total
Pedagogia	45	10	55
Ciências Exatas	3	–	3
Psicologia	–	3	3
Letras	6	3	9
Biologia	1	1	2
Geografia	10	–	10
História	5	–	5
Matemática	1	–	1
1 Pós-Graduação	26	34	60
2 Pós-Graduações	14	10	24
3 Pós-Graduações	1	2	3
Mestrado	–	6 (em curso)	6
Doutorado	–	1 (em curso)	1
Magistério	2	–	2

Nas entrevistas, os nomes dos sujeitos da pesquisa, bem como das escolas, foram mantidos em sigilo, sendo utilizado para diferenciá-los, o nome de uma cor, para designar a escola em que estes sujeitos trabalham.

Conforme o que foi mencionado nas entrevistas, a rede municipal ainda carece de formação para que as pessoas que exercem a função de gestor, compreendam, de fato, o seu papel nas escolas. Pois alguns dos sujeitos da gestão escolar mencionaram nas entrevistas que não conseguem se posicionar quanto aos “vícios” dos professores, conforme se observa nas citações abaixo⁵:

A escola é bastante fechada não só na estrutura física, têm alguns vícios, culturas que estão enraizadas e, para mim, é uma das principais dificuldades. [...] Temos professores considerados novos na Rede Municipal que chegam e entram no ritmo da escola. Existe a questão das faltas justificadas, dos atestados médicos. Alguns professores vão colher sangue e pegam

⁵ Ao todo foram entrevistadas 33 pessoas (Coordenadores das escolas e da SMED, Diretores, Secretária de Educação e professores). Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e colocadas em anexo, no relatório que contém os resultados da pesquisa, o qual foi entregue à SMED pela pesquisadora, em 2013.

atestado para a manhã inteira. Outros vão ao dentista, sabemos que se não for fazer uma cirurgia é uma coisa rápida, não voltam mais para a escola e pegam um atestado para a manhã toda ou a depender do procedimento para o dia todo. As faltas acontecem e os professores não deixam nenhum material para aplicarmos com os alunos sala de aula. Temos que improvisar, pois os comunicados são em cima da hora. Eu entendo que têm coisas que acontecem, como: você vai dormir bem e acorda doente, é outra história. Eu falo das faltas em que o professor sabia que tinha um exame marcado e não deixa material para ser trabalhado com os alunos. Em uma reunião que fizemos aqui para a avaliação do 1º semestre o grupo que ficou para avaliar o pedagógico colocou a culpa toda na família pelo fato de o aluno chegar atrasado ou faltar, de não ajudá-lo a fazer as tarefas. Em nenhum momento foi colocado que a escola, o professor e a direção também têm culpa. A Secretaria de Educação também tem a sua parcela de culpa. No processo educacional existem culpados. Talvez esse termo seja forte, mas têm vários responsáveis porque é um processo e, enquanto processo, perpassa vários fatores. A família não é a única culpada (ENTREVISTA COM A DIREÇÃO DA ESCOLA AZUL, 04/09/2012).

Percebe-se na fala do gestor a inexistência de uma compreensão do seu papel, quando é transferida a responsabilidade de condução do processo educativo intraescolar para a SMED e os professores. Ou ainda a falta de conhecimento das responsabilidades atribuídas à sua função quando demonstra que não compreende a autonomia preconizada na LDB 9.394/96 para gerir o ensino observando os aspectos políticos, pedagógicos e administrativos.

Trabalhamos muito e investimentos têm, mas não há cobrança de resultados. Temos um resultado ruim e fica por isso mesmo, fica no discurso ou coloca-se a culpa na família e na escola ou que os meninos que não querem nada e não é o menino que não quer. Às vezes, é o professor que não assume que não trabalhou direito, não se esforçou o quanto deveria, não utilizou a quantidade de jogos que a escola tem (ENTREVISTA COM A DIREÇÃO DA ESCOLA VERDE, 04/09/2012).

A falta de compromisso de alguns educadores para com o processo ensino-aprendizagem tem sido objeto de análise na atualidade, principalmente pelos empresários da educação⁶, os quais, interessados em lucrarem com a privatização da educação, observarem os baixos resultados do Brasil apresentados nos instrumentos avaliativos nacionais e internacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, chegaram a propor como solução para este problema a criação de uma estrutura paralela e voluntária, na qual quem quisesse, poderia optar por ela. (...) Seriam feitas avaliações frequentes e os salários baseados em uma parte fixa e outra variável, dependendo do desempenho (medido pelo aproveitamento escolar dos seus alunos).

Igualmente, as promoções seriam respaldadas pelo desempenho em sala de aula e baseadas em claros padrões de excelência. (...) As contratações seriam via CLT, portanto sem garantia de estabilidade, e dentro de algumas décadas, esse sistema substituiria o vigente hoje (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2005). Assim, observamos uma proposição para a terceirização do ensino e intensificação dos mecanismos de avaliação, os quais são reforçados também no documento *Pátria Educadora*⁷ em discussão no país, quando especifica o que deverá acontecer com a gestão escolar: *“Os diretores de escolas com desempenho insatisfatório receberiam apoio e orientação. Em último caso, seriam afastados e substituídos.*

Pesquisadores como Freitas (2012) e Leher (2013) fazem severas críticas a esse propósito mercadológico da educação brasileira, que traz como alternativa para resolver as mazelas do sistema educacional no país, a colonização de programas educacionais americanos a exemplo das *Escolas Charters*, cuja gestão é terceirizada e dá possibilidades para demitir os “maus” professores. Nesse contexto há uma desconsideração

⁶ ONG PARCEIROS DA EDUCAÇÃO. A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil. 2005. Disponível em https://www.iepecdg.com.br/uploads/artigos/101216_transf_educ_brasileira.pdf

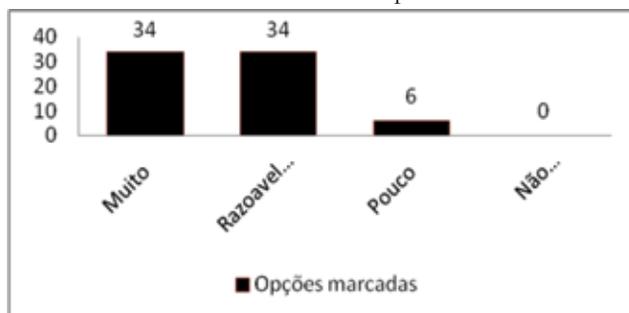
⁷ BRASIL. Documento *Pátria Educadora*. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Ministério da Educação. 2015. : Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/patriaeducadora/documento-sae.pdf>

dos demais aspectos responsáveis pela precariedade de uma educação de qualidade.

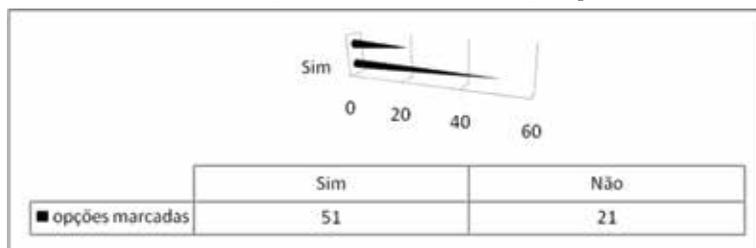
Assim, tendo como parâmetro os trechos das entrevistas acima, torna-se necessário que a SMED qualifique os gestores, tanto no que se refere às suas atribuições e responsabilidades, quanto aos aspectos dos fundamentos referentes às teorias e à legislação nacional e municipal sobre a gestão democrático-participativa.

Quando os gestores foram questionados se a “*Formação inicial correspondeu a uma formação necessária para desenvolver seu trabalho como profissional da educação?*” o resultado demonstra que 36% foram atendidas pouco ou razoavelmente, ou seja, maior do que o número de pessoas que a formação inicial correspondeu às expectativas da profissão.

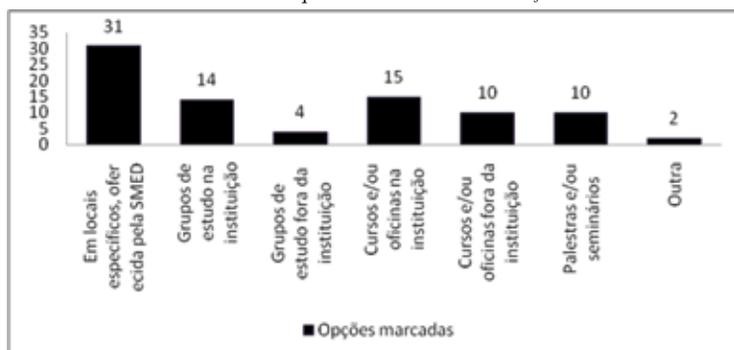
Gráfico 3 – Correspondência entre formação inicial e desenvolvimento profissional



Sobre a formação continuada, a maioria dos sujeitos investigados reconhece que existe a preocupação da SMED em oferecer cursos de formação nessa perspectiva. Observando o gráfico abaixo, em que a questão é: “*A instituição que você trabalha dá cursos de formação continuada?*” Mais de 70% responderam que sim.

Gráfico 4 – Formação continuada na instituição que trabalha

Foi observado, também, que entre as opções de formação continuada dos gestores, são escolhidas, predominantemente, as que são oferecidas pela SMED, como se verifica abaixo:

Gráfico 5 – Local em que faz curso de formação continuada

Os dados do gráfico 5 demonstram que a SMED vem procurando avançar nos objetivos de formação continuada da gestão escolar, porém, ainda é insuficiente uma vez que apenas 31% declara participação nos cursos por ela oferecidos.

Conclusões

É de suma importância o papel dos gestores escolares. Mais do que administrar horários, instalações e recursos, eles precisam se conscientizar do papel que ocupam, buscando uma atuação como

agentes transformadores da educação. Com base nos dados apresentados, notamos que o município de Vitória da Conquista, no que tange à gestão educacional, apesar de buscar implementar a gestão democrático-participativa, com base nos pressupostos legais (LDBEN 9394/96, Constituição Federal de 1998), bem como a qualificação desta por meio do investimento em formação continuada, ainda não tem conseguido fazer com que os gestores escolares se comprometam efetivamente para que tais investimentos se convertam em resultados na implementação das políticas educacionais voltadas para a melhoria da participação e do desenvolvimento processo educacional no âmbito escolar, como pretendida e defendida nos pelas diferentes esferas e políticas públicas.

Referências

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10. ed. (Tradução de Maria Celeste C. J. Santos). Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BORGES, C. **Os saberes dos docentes: diferentes tipologias e classificações de um campo de pesquisa**. Educação e sociedade, n. 74, abril/2001, p. 59-76. 2004.

BRASIL. Decreto Presidencial N° 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, pela União em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB N°: 4/2010**. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, 2010.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Guia de programas. Brasília, jun., 2007.

BRASIL. Senado Federal. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9394/96.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado**. Câmara de Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF: Presidência da República; Câmara de Reforma do Estado, 1995.

BRITO, Renato de Oliveira; CARNIELLI, Beatrice Laura. Gestão participativa: uma matriz de interações entre a escola e a comunidade escolar. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 5, no. 2, p.26-41, nov. 2011. Disponível em <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em: 12 out. 2012.

CARMINATTI, F. L. L. **Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve**. Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1993.

CARVALHO, J. M., SIMÕES, R. H. S. Formação inicial de professores: uma análise dos artigos publicados em periódicos nacionais. In: ANDRÉ, Marli (Org.). **Formação de professores no Brasil (1990-1998)**. MEC/INEP/Comped, 2006, p. 161-169.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: _____; AZEVEDO, S. **Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 18 jul. 2015.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

IBGE. **Cidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=293330>>. Acesso em: 23/03/15.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. 20 ed. São Paulo : SP. Editora Ática. 2000.

PMVC. **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**. Proposta Pedagógica do município de Vitória da Conquista: Ciclo de Formação Humana. 2008. Disponível em: <www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php?id=60550>. Acesso em: 14 jul. 2012.

SANTOS, E. M. N. dos; DAMASCENO, A. **Planejando a educação municipal: planejando a experiência do PAR no Pará**. 2011. Disponível <em:<http://www.anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0174.pdf>>. Acesso em: 23/03/15.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Análise das políticas públicas educacionais implementadas no contexto das escolas municipais de Vitória da Conquista - BA**. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Secretaria Municipal de Educação. 2013.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Cloude; LAHAYE, L. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria e educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 215-234, 1991.

TARDIF, Maurice. **Os professores diante do saber**: esboço de uma problemática do saber docente. In: Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 31-55.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. Revista Brasileira de Educação, n. 13, jan./fev./mar./abril 2000, p. 5-24.

TEIXEIRA, C. E. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. AATR – BA. 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 23/03/15.

TRINDADE, Vítor; FAZENDA, Ivani (Org). **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

Prof^a Dr^a Arlete Ramos dos Santos
Universidade Estadual de Santa Cruz – Brasil
Programa de Pós-graduação em Formação de Professores da
Educação Básica
Grupo de Estudos Movimentos Sociais e Educação
E-mail: arlerp@hotmail.com

Prof. Gilvan dos Santos Sousa
Rede Municipal de Vitória da Conquista – Brasil
Grupo de Estudos, Pesquisas em Educação de
Jovens, Adultos e Idosos
E-mail: gil-uesb@hotmail.com

Prof^a Dr^a Rosaide Pereira dos Reis Ramos
Universidade Estadual de Santa Cruz – Brasil
Programa de Pós-graduação em Formação de Professores da
Educação Básica
Grupo de Estudos Movimentos Sociais e Educação
E-mail: roseramosuesc@gmail.com

Recebido em: 17 de março 2014
Aprovado em: 09 de julho de 2015